

Brasil reduz meta de saldo comercial para US\$ 4 bi

Nova previsão constará da renegociação com o FMI. Na versão anterior, era de US\$ 10,8 bi. Recessão esperada é de 1,2%

Eliane Oliveira

• BRASÍLIA. A nova meta de superávit comercial (exportações menos importações) que o Brasil vai adotar na renegociação que está sendo feita com o Fundo Monetário Internacional (FMI) é de US\$ 4 bilhões. A versão anterior do acordo com o FMI, de março deste ano, previa superávit de US\$ 10,8 bilhões. A informação é do secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Mário Marconini.

Segundo ele, esse superávit leva em conta uma recessão de 1,2% para a economia brasileira este ano. A versão anterior do memorando firmado com o FMI, em 3 de março último, previa, saldo comercial de US\$ 10,8 bilhões e retração de 3,5% a 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Com uma recessão menor, o Brasil terá menos produtos excedentes para exportar e, conseqüentemente, o saldo comercial será menor e poderá ter que importar mais.

Atingir a meta de US\$ 4 bilhões de superávit comercial não será

fácil. Isto porque o país terá que sair de um déficit superior a US\$ 6 bilhões em 98, o que significaria uma virada de cerca de US\$ 10 bilhões. Mas o Governo já acredita no crescimento das exportações brasileiras em 99 ou, na pior das hipóteses, na manutenção do valor registrado em 98 (US\$ 51 bilhões de vendas ao exterior), graças à recuperação das economias da Rússia e dos países do Sudeste da Ásia que, desde o mês passado, aumentaram as importações do Brasil.

De janeiro a maio, exportações brasileiras caíram

Mário Marconini citou como exemplo o açúcar — que a Rússia já retomou as exportações — óleo de soja, minério de ferro, celulose, carnes bovina e de frango. Ele lembrou que os países da América Latina também tendem a aumentar as importações de manufaturados do Brasil. Entre janeiro a maio deste ano, as exportações brasileiras para Mercosul e América Latina caíram, respectivamente, 31,9% e 28,4%.

— O principal motivo deste fra-

co desempenho é a dificuldade que os países na região vêm enfrentando — disse Marconini.

De acordo com o secretário de Comércio Exterior, as previsões do FMI para 99 são de redução do PIB da América Latina de 0,5% e do Mercosul, de 1,7%. Como esses números levam em conta a queda de 3,8% do PIB brasileiro — e estes números estão sendo revistos —, é possível esperar uma recuperação maior das economias este ano. Marconini também citou como fatores positivos para as exportações brasileiras a retomada das linhas de crédito internacionais e os efeitos da desvalorização, que começarão a ser sentidos nos próximos meses.

Quanto ao risco de as importações do Brasil crescerem mais que o esperado, em razão de uma queda menor do PIB — justificada pelo reaquecimento da economia — o secretário acha que isso será compensado pelo aumento das compras de produtos brasileiros.

Pelos dados divulgados ontem pela Secex, as exportações brasileiras cresceram 18,4% em rela-

ção a abril último. Houve forte recuperação das vendas de semi-manufaturados, com destaque para celulose (59%), açúcar em bruto (207,7%) e óleo de soja (30,5%). Nas pautas de básicos e manufaturados, os melhores desempenhos ocorreram com minério de ferro (13,4%), café em grão (17,6%), carne de frango (46,3%), carne bovina (69,6%), calçados (2,8%), suco de laranja (49,2%) aparelhos transmissores e receptores (14%), papel (7,5%), açúcar refinado (45,7%), pneumáticos (2,5%) e móveis (18,5%).

Inflação ficará entre 11,5% e 12,5% pelo IGP, diz Bier

Na reavaliação dos cenários da economia para este ano, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, confirmou que a queda do PIB ficará próxima de 1% e a inflação entre 11,5% e 12,5%, pelas projeções do IGP-DI. A taxa para o consumidor ficará abaixo desse patamar, perto de 7% até o fim de 1999. Ele disse que o sistema de metas de inflação não será incorporado formalmente nesta revisão do acordo

porque é a primeira vez que o Fundo incorporaria metas de inflação a um programa e ainda não está preparado para isso.

Segundo Bier, os estados poderão surpreender e apresentar um resultado melhor do que o previsto inicialmente no acordo com o Fundo, e que não deverá mudar. Bier admitiu que as pressões por aumento de gastos continuam, mas advertiu que ainda resta assegurar o superávit no segundo semestre do ano.

— É possível que a gente tenha um superávit um pouquinho acima de 0,4% ou o grau de segurança em relação ao 0,4% pode aumentar. Sempre tem que tomar muito cuidado com as unidades da federação que o Governo federal não controla e tem sempre questões que podem afetar que estão fora do controle do Executivo—completou.

Ele afirmou que o estrito cumprimento do acordo de renegociação das dívidas com a União levaria a um resultado melhor das contas dos estados, mas o Governo foi conservador para não correr riscos excessivos.

Apesar dos sinais de melhora, Bier se mantém inflexível num ponto: não se pode afrouxar no controle dos gastos.

—É muito importante que fique claro que a gente tem ainda metade de um ano pela frente. Depois, tem todas essas incertezas no campo jurídico, especificamente nas contribuições de ativos e inativos. Então, não dá para trabalhar com excesso de resultado primário como se já estivéssemos em 31 de dezembro. Contamos com esta reserva até para lidar com essas questões—acrescentou.

Vitórias na Justiça podem garantir mais recursos

Bier disse ainda que poderá haver espaço para um gasto maior caso o Governo seja vitorioso em todas as decisões da Justiça em relação a duas pendências: a contribuição previdenciária de ativos e inativos e a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de setores monopolizados, como por exemplo energia elétrica e petróleo. ■